



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

LEI N°. , de / /

ARQUIVADO


Processo: 77.276

PROJETO DE LEI N°. 12.199

Autoria: **GUSTAVO MARTINELLI**

Ementa: Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

Arquive-se


Diretoria Legislativa

09 / 05 / 2021



PROJETO DE LEI Nº. 12.199

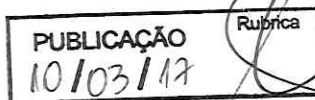
Diretoria Legislativa À Consultoria Jurídica. Diretor <i>[Handwritten Signature]</i> 07/03/17	Prazos:	Comissão	Relator
	projetos 20 dias vetos 10 dias orçamentos 20 dias contas 15 dias aprazados 7 dias	20 dias - - - 3 dias	7 dias - - - 3 dias
<i>Parecer CJ n.º</i>		QUORUM: MS	

Comissões	Para Relatar:	Voto do Relator:
À CJR. Diretor Legislativo 07/3/17	<input checked="" type="checkbox"/> avoco <i>[Handwritten Signature]</i> Presidente 07/03/17	<input checked="" type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário <input type="checkbox"/> CFO <input checked="" type="checkbox"/> CDCIS <input type="checkbox"/> CECLAT <input type="checkbox"/> CIMU <input type="checkbox"/> COSAP <input type="checkbox"/> COPUMA <input type="checkbox"/> Outras: _____ <i>[Handwritten Signature]</i> Relator 07/3/17
À <i>[Handwritten]</i> Diretor Legislativo 14/3/17	<input checked="" type="checkbox"/> avoco <i>[Handwritten Signature]</i> Presidente 14/3/17	<input checked="" type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário <i>[Handwritten Signature]</i> Relator 14/3/17
À _____ Diretor Legislativo / /	<input type="checkbox"/> avoco <i>[Handwritten Signature]</i> Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /
À _____ Diretor Legislativo / /	<input type="checkbox"/> avoco Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /
À _____ Diretor Legislativo / /	<input type="checkbox"/> avoco Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /

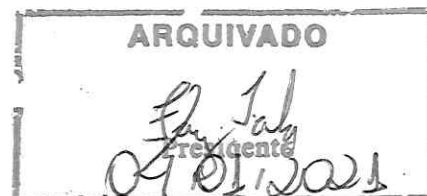
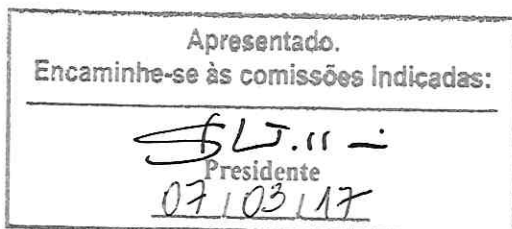
--	--	--



P 21866/2017



CÂMARA M. JUNDIAÍ (PROTOCO) 07/MAR/2017 08:29 077276



PROJETO DE LEI Nº. 12.199
(Gustavo Martinelli)

Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei institui o Código de Defesa do Contribuinte.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, contribuinte é toda pessoa física ou jurídica sujeita a ações de fiscalização e cobrança do Fisco Municipal.

Art. 2º São objetivos do Código:

I – promover o bom relacionamento entre o Fisco Municipal e o contribuinte, baseado no respeito mútuo e na cooperação;

II – prevenir e proteger o contribuinte do exercício abusivo do poder de fiscalizar, lançar e cobrar tributos e multas tributárias, bem como reparar danos dele decorrentes;

III – assegurar a ampla defesa dos direitos do contribuinte no âmbito de processo administrativo ou fiscal;

IV – assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços gratuitos de orientação ao contribuinte;

V – garantir a licitude da apuração, lançamento e cobrança de tributos, bem como da manutenção e apresentação de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos a eles relativos.



(PL nº 12.199 - fl. 2)

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DO CONTRIBUINTE

Art. 3º São direitos do contribuinte:

- I – atendimento adequado e eficaz, com isonomia;
- II – tratamento com respeito e urbanidade;
- III – identificação do servidor nas repartições públicas e nas ações de fiscalização;
- IV – acesso a dados e informações próprios de caráter pessoal, comercial, econômico e financeiro que constem em qualquer espécie de arquivo ou registro, eletrônico ou não, do Fisco Municipal;
- V – educação tributária e orientação sobre procedimentos administrativos;
- VI – inutilização completa de qualquer registro de dados e informações falsos ou obtidos por meios ilícitos;
- VII – retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados e informações próprios;
- VIII – presunção de autenticidade e veracidade dos lançamentos contidos em seus livros e documentos contábeis ou fiscais;
- IX – obtenção de certidão sobre quaisquer documentos ou procedimentos de seu interesse em poder do Fisco Municipal, excepcionada a hipótese de sigilo legal;
- X – ciência prévia da ordem de fiscalização ou outro ato administrativo que tenha autorizado a coleta de dados e informações ou quaisquer outros procedimentos determinados pela administração tributária, observado o disposto no art. 5º desta lei;
- XI – recebimento imediato de recibo descritivo de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos em geral, programas de computador ou arquivos eletrônicos entregues à fiscalização ou por ela apreendidos;
- XII – recusa a prestar informações requeridas verbalmente, se requerer a formalização em documento oficial;



(PL nº 12.199 - fl. 3)

XIII – possibilidade de prestar informações e/ou fornecer registros fiscais e contábeis pela Internet, mediante o envio de arquivos eletrônicos por mensagens e sítios eletrônicos do Fisco Municipal, ressalvadas impossibilidades técnicas;

XIV – orientação formal e ostensiva sobre o direito de impugnar e defender-se administrativamente de autuações e cobranças;

XV – informação clara e precisa sobre prazos de pagamento, descontos, juros e multas;

XVI – liquidação antecipada, total ou parcial, de crédito tributário parcelado, com redução proporcional de juros e demais acréscimos legais;

XVII – faculdade de se comunicar com seu advogado ou entidade de classe quando sofrer ação fiscal, sem prejuízo da continuidade desta;

XVIII – ciência formal da tramitação de processo administrativo fiscal de que seja parte, vistas dos autos na repartição e obtenção de cópias;

XIX – preservação do sigilo de seus documentos, negócios e operações;

XX – encaminhamento, sem qualquer ônus, de petição contra ilegalidade, abuso de poder ou para defesa de seus direitos;

XXI – ressarcimento e indenização por danos e prejuízos causados por ação ou omissão de agente do Fisco Municipal que caracterizem ilegalidade ou abuso de poder;

XXII – convalidação de ato próprio ou do Fisco Municipal praticado com defeito sanável ou erro escusável, salvo quando dela resultar lesão ao interesse público.

§ 1º O direito previsto no inciso XX do “caput” deste artigo poderá ser exercido por sindicato ou entidade associativa, quando expressamente autorizada por seu estatuto, em defesa dos interesses coletivos ou individuais de seus membros.

§ 2º A convalidação a que se refere o inciso XXII do “caput” deste artigo poderá dar-se por iniciativa do Fisco Municipal.

§ 3º Os direitos previstos neste Código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos ou outros atos normativos, bem como os que derivem da analogia e dos princípios gerais do Direito.



(PL nº 12.199 - fl. 4)

CAPÍTULO III DOS DEVERES DO FISCO MUNICIPAL

Art. 4º O Fisco Municipal atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, finalidade, defesa do interesse público, motivação dos atos administrativos, contraditório, ampla defesa e da duração razoável do processo administrativo fiscal.

Art. 5º A execução de atividades de fiscalização será precedida de emissão de ordem específica, consubstanciada em ato administrativo próprio, que autorize seus procedimentos.

§ 1º Excetuam-se os casos de inequívoca urgência, nos quais adotar-se-ão de imediato as providências que garantam a efetividade da fiscalização, respeitando-se os princípios descritos no art. 4º.

§ 2º Havendo dúvida razoável quanto à urgência dos procedimentos da fiscalização, adotar-se-á o rito ordinário.

§ 3º A ordem de fiscalização conterá a identificação dos servidores encarregados de sua execução, a autoridade responsável por sua emissão, o contribuinte e o local onde será executada, os trabalhos que serão desenvolvidos e o número de telefone ou endereço eletrônico onde poderão ser obtidas informações necessárias à confirmação de sua autenticidade.

§ 4º A notificação do início da atividade de fiscalização far-se-á através da imediata entrega de uma das vias da ordem de fiscalização ao contribuinte, seu representante legal ou preposto com poderes de gestão.

§ 5º A recusa em assinar o comprovante de recebimento da notificação, ou a ausência de pessoa com poderes para fazê-lo, será certificada pela autoridade fiscal e não obstará o início dos procedimentos de fiscalização.

Art. 6º Os bens e mercadorias apreendidos ou entregues pelo contribuinte serão devolvidos no prazo de até 30 (trinta) dias, excetuados aqueles que constituam objeto ou prova de infração à legislação tributária.

Parágrafo único. O prazo de devolução excepcionalmente poderá ser prorrogado por igual período, através de ato administrativo devidamente fundamentado, do qual se dará ciência ao contribuinte.



(PL nº 12.199 - fl. 5)

Art. 7º Se o contribuinte autorizar o Fisco Municipal a fazer cópia de seus livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos ou programas de computador apreendidos ou entregues, os originais ser-lhe-ão imediatamente devolvidos.

Art. 8º O Fisco Municipal disponibilizará serviço de informações ao contribuinte, com canais diversos de atendimento, sem cobrança de taxas ou tarifas.

Art. 9º O Poder Público Municipal implantará programa permanente de educação tributária, com o objetivo de orientar o contribuinte sobre seus direitos e deveres.

Art. 10. O Fisco Municipal não realizará quaisquer procedimentos fiscais fundamentados exclusivamente em denúncia anônima, quando esta:

I – não permitir identificar com absoluta segurança o contribuinte supostamente infrator;

II – for genérica ou imprecisa em seus elementos;

III – apresentar indícios de objetivos diversos, tais como vingança pessoal ou tentativa de prejudicar concorrente comercial.

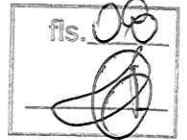
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Em caso de inobservância às disposições deste Código, o contribuinte, entidades de classe e associações com poderes para atuar na defesa dos direitos de seus membros poderão apresentar ao Poder Público Municipal reclamação devidamente fundamentada e instruída.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação do contribuinte, a autoridade competente, com vistas a coibir novas infrações a este Código e a garantir os direitos dos contribuintes, representará contra o servidor responsável, devendo ser imediatamente instaurada sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Art. 12. São inválidos os atos e procedimentos de fiscalização que desatendam às disposições deste Código.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



(PL nº 12.199 - fl. 6)

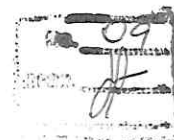
Justificativa

É notório que o contribuinte encontra-se em condição de desigualdade perante o Fisco Municipal. Busca, sempre com dificuldades, se enquadrar num sistema tributário que, até para profissionais da área, é difícil de entender.

Tendo em vista esse cenário, é importante proporcionar ao contribuinte uma relação mais justa e equilibrada com o Poder Público, defendendo seu direito ao livre exercício de atividade econômica, tendo em vista que é este que custeia e mantém as atividades do Município.

Sala das Sessões, 07/03/2017


GUSTAVO MARTINELLI



**CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER Nº 83**

PROJETO DE LEI Nº 12.199

PROCESSO Nº 77.276

De autoria do Vereador **GUSTAVO MARTINELLI**, o presente projeto de lei busca instituir o Código de Defesa do Contribuinte.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 08.

É o relatório.

PARECER:

A proposição em exame se nos afigura revestida da condição legalidade no que concerne à competência (art. 6º, *caput*), e quanto à iniciativa, que é concorrente (art. 13, I, c/c o art. 45), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí. Logo, como dispõe a Carta Municipal, o município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, **inclusive no sentido de complementar a legislação federal ou estadual**, no que couber, como no presente caso.

Ressalte-se que a iniciativa intentada, **com as devidas adequações**, configura-se apenas como norma programática, e, ademais, trata-se de mera reprodução da Lei Complementar nº 939/2003, do Estado de São Paulo (**juntamos cópia**), que instituiu o Código de direitos, garantias e obrigações do Contribuinte e criou o Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (CODECON), órgão responsável pelo controle da atividade fiscalizadora, assegurando o respeito aos direitos do contribuinte.

Sublinhe-se, por sinal, que a referida Lei Complementar também inspirou propositura de lei ordinária no âmbito federal (cf. PL 2557/2011, do deputado federal Laércio Oliveira – PR/SE), que se encontra, na data deste parecer, sob apreciação junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Outrossim, importante gizar que o projeto de lei municipal em comento restringe sua atuação ao âmbito do relacionamento entre o contribuinte e o Fisco Municipal, não desbordando, portanto, dos limites de



competência do município e seu respectivo interesse. Além disso, ainda acerca do alcance do projeto de lei municipal, é vital salientar:

a um, não dispõe sobre a criação, majoração, isenção, suspensão, extinção e dispensa de tributos;

a dois, não dispõe sobre definição de competência (e os seus limites), fato gerador, base de cálculo, alíquota, sujeito ativo e passivo dos tributos;

a três, não dispõe de regras de incidência, obrigação, lançamento, crédito, prescrição, decadências e distribuição de receitas tributárias;

a quatro, não dispõe sobre regras de solidariedade, capacidade, domicílio e responsabilidade tributária;

a cinco, não dispõe sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e para as empresas de pequeno porte;

e, por fim, a seis, não dispõe sobre relações jurídicas pertinentes aos tributos.

Por conseguinte, o projeto em visto não pretende editar norma que disponha sobre processos e procedimentos administrativos-fiscais, sendo sua intenção precípua a promulgação dos direitos, obrigações e garantias, de forma a trazer maior proteção ao contribuinte municipal.

Como explicam Malaquias e Balanin a respeito do Código Estadual que, por analogia, entendemos ser totalmente aplicável ao projetado Código Municipal:

Tais disposições visam trazer mais segurança e transparência, tanto para o contribuinte, como para os agentes fiscais, determinando com clareza os limites da atividade fiscalizadora e os deveres de cada uma das partes e garantindo que a atividade de fiscalização não possa ser utilizada como instrumento de coação e prejuízo dos contribuintes [...] Todas essas disposições demonstram a preocupação do legislador em estabelecer atendimento mais célere dos órgãos consultivos da Administração Tributária para a orientação e esclarecimento do público. Assim, os órgãos fazendários, mais do que exercer a atividade de fiscalização, cumprirão o objetivo precípua de orientar e



educar os contribuintes, permitindo uma maior civilidade do relacionamento entre as partes. ¹

Assim sendo, mister apontar que a redação do projeto que institui o Código de Defesa do Consumidor em Jundiaí somente direciona normas programáticas à especificidade e interesse do âmbito municipal. Destarte, o conteúdo meramente programático da propositura viabiliza, sob o espectro jurídico, sua tramitação. Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

DAS COMISSÕES A SEREM OUVIDAS:


Consoante previsão inserta no inc. I do art. 139 do Regimento Interno da Edilidade, sugerimos a oitiva da Comissão de Justiça e Redação, bem como da Comissão de Direitos, Cidadania e Segurança Urbana.


QUORUM:


O quorum a ser observado é o de maioria simples (art. 44, *caput*, L.O.M.).

S.m.e.

Jundiaí, 07 de março de 2017.


Fábio Nadal Pedro
Consultor Jurídico


Ronaldo Salles Vieira
Consultor Jurídico


Elvis Brassaroto Aleixo
Estagiária de Direito


Júlia Arruda
Estagiária de Direito

¹ MALAQUIAS, Marcelo Mazon; BALANIN, Rafael. Código do contribuinte do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI1584.81042-Codigo+do+Contribuinte+do+Estado+de+Sao+Paulo>
Acesso em: 07. mar. 2017.



Ficha informativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 939, DE 03 DE ABRIL DE 2003

(Projeto de lei Complementar n. 81/2000, do deputado Rodrigo Garcia - PFL)

Institui o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Este Código regula os direitos, garantias e obrigações do contribuinte do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - São objetivos do Código:

I - promover o bom relacionamento entre o fisco e o contribuinte, baseado na cooperação, no respeito mútuo e na parceria, visando a fornecer ao Estado os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições;

II - proteger o contribuinte contra o exercício abusivo do poder de fiscalizar, de lançar e de cobrar tributo instituído em lei;

III - assegurar a ampla defesa dos direitos do contribuinte no âmbito do processo administrativo-fiscal em que tiver legítimo interesse;

IV - prevenir e reparar os danos decorrentes de abuso de poder por parte do Estado na fiscalização, no lançamento e na cobrança de tributos de sua competência;

V - assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços gratuitos de orientação aos contribuintes;

VI - assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos previstos em lei, bem como a manutenção e apresentação de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos a eles relativos;

VII - assegurar o regular exercício da fiscalização.

Artigo 3º - Para efeito do disposto neste Código, contribuinte é a pessoa natural ou jurídica a quem a lei determine o cumprimento de obrigação tributária.

Parágrafo único - Aplicam-se também, no que couber, as disposições deste Código a qualquer pessoa, física ou jurídica, privada ou pública que, mesmo não sendo contribuinte, relacionar-se com a Administração Pública em sua atividade de fiscalização e cobrança de tributos.

CAPÍTULO II Dos Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte

Artigo 4º - São direitos do contribuinte:

I - o adequado e eficaz atendimento pelos órgãos e unidades da Secretaria da Fazenda;

II - a igualdade de tratamento, com respeito e urbanidade, em qualquer repartição pública do Estado;

III - a identificação do servidor nas repartições públicas e nas ações fiscais;

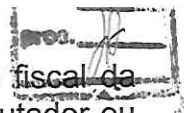
IV - o acesso a dados e informações, pessoais e econômicas, que a seu respeito constem em qualquer espécie de fichário ou registro, informatizado ou não, dos órgãos da Administração Tributária;

V - a eliminação completa do registro de dados falsos ou obtidos por meios ilícitos;

VI - a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados;



- VII** - a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres constantes de registros ou autos de procedimentos de seu interesse em poder da Administração Pública, salvo se a informação solicitada estiver protegida por sigilo, observada a legislação pertinente;
- VIII** - a efetiva educação tributária e a orientação sobre procedimentos administrativos;
- IX** - a apresentação de ordem de fiscalização ou outro ato administrativo autorizando a execução de auditorias fiscais, coleta de dados ou quaisquer outros procedimentos determinados pela administração tributária, observado o disposto no artigo 9º;
- X** - o recebimento de comprovante descritivo dos bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos entregues à fiscalização ou por ela apreendidos;
- XI** - a recusa a prestar informações por requisição verbal, se preferir notificação por escrito;
- XII** - a faculdade de cumprir as obrigações acessórias relativas à prestação de informações previstas na legislação, bem como as notificações relativas à prestação de informações ou ao fornecimento de registros fiscais e contábeis, mediante o envio de arquivos eletrônicos a endereços virtuais da Secretaria da Fazenda criados especialmente para essa finalidade, segundo a disciplina pertinente;
- XIII** - a informação sobre os prazos de pagamento e reduções de multa, quando autuado;
- XIV** - a não-obrigatoriedade de pagamento imediato de qualquer autuação e o exercício do direito de defesa, se assim o desejar;
- XV** - a faculdade de se comunicar com seu advogado ou entidade de classe quando sofrer ação fiscal, sem prejuízo da continuidade desta;
- XVI** - a ciência formal da tramitação de processo administrativo-fiscal de que seja parte, à vista do mesmo na repartição fiscal e a obtenção de cópias dos autos, mediante ressarcimento dos custos da reprodução;
- XVII** - vetado;
- XVIII** - a preservação, pela administração tributária, do sigilo de seus negócios, documentos e operações, exceto nas hipóteses previstas na lei;
- XIX** - o encaminhamento, sem qualquer ônus, de petição contra ilegalidade ou abuso de poder ou para defesa de seus direitos;
- XX** - o ressarcimento por danos causados por agente da Administração Tributária, agindo nessa qualidade;
- XXI** - obter convalidação, com efeitos retroativos, de ato praticado pela Administração Fazendária que apresentar defeito sanável ou erro notoriamente escusável, salvo quando dela resultar lesão ao interesse público e desde que haja o pagamento integral do tributo, se devido, que ficará sujeito à incidência de correção monetária, ou outra forma de atualização, e dos demais acréscimos previstos na legislação.
- § 1º - O direito de que trata o inciso XIX poderá ser exercido por entidade associativa, quando expressamente autorizada por seu estatuto, ou sindicato, em defesa dos interesses coletivos ou individuais de seus membros.
- § 2º - A convalidação a que se refere o inciso XXI poderá se dar por iniciativa da própria Administração Fazendária.
- Artigo 5º** - São garantias do contribuinte:
- I** - a exclusão da responsabilidade pelo pagamento de tributo e de multa não previstos em lei;
- II** - a faculdade de corrigir obrigação tributária, antes de iniciado o procedimento fiscal, mediante prévia autorização do fisco e observada a legislação aplicável, em prazo compatível e razoável;
- III** - a presunção relativa da verdade nos lançamentos contidos em seus livros e documentos contábeis ou fiscais, quando fundamentados em documentação hábil;
- IV** - a obediência aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da duplicidade de instância no contencioso administrativo-tributário, assegurada, ainda, a participação paritária dos contribuintes no julgamento do processo na instância colegiada;
- V** - a liquidação antecipada, total ou parcial, do crédito tributário parcelado, com redução proporcional dos juros e demais acréscimos incidentes sobre a parcela remanescente;
- VI** - a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, bem como o acesso a linhas oficiais de crédito e a participação em licitações, independentemente da existência de processo administrativo ou judicial pendente, em matéria tributária, sem prejuízo do disposto no artigo 206 do Código Tributário Nacional;
- VII** - o restabelecimento da espontaneidade para sanar irregularidades relacionadas com o cumprimento de obrigação pertinente ao imposto caso a auditoria fiscal não esteja concluída no



prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que ocorrer a entrega à autoridade fiscal da totalidade das informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos solicitados;

VIII - a inexigibilidade de visto em documento de arrecadação utilizado para o pagamento de tributo fora do prazo.

§ 1º - Quando a correção de obrigação tributária a que se refere o inciso II implicar em reconstituição da escrituração fiscal, o prazo para tal correção não será inferior a 60 (sessenta) dias.

§ 2º - O disposto no inciso VII aplica-se somente aos casos em que a conclusão dos trabalhos fiscais dependa exclusivamente das informações constantes nos elementos apresentados, tornando desnecessárias outras verificações.

§ 3º - O prazo fixado no inciso VII poderá ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, mediante requisição fundamentada do Agente Fiscal de Rendas responsável pelos trabalhos à autoridade que determinou a sua realização.

Artigo 6º - São obrigações do contribuinte:

I - o tratamento, com respeito e urbanidade, aos funcionários da administração fazendária do Estado;

II - a identificação do titular, sócio, diretor ou representante nas repartições administrativas e fazendárias e nas ações fiscais;

III - o fornecimento de condições de segurança e local adequado em seu estabelecimento, para a execução dos procedimentos de fiscalização;

IV - a apuração, declaração e recolhimento do imposto devido, na forma prevista na legislação;

V - a apresentação em ordem, quando solicitados, no prazo estabelecido na legislação, de bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos;

VI - a manutenção em ordem, pelo prazo previsto na legislação, de livros, documentos, impressos e registros eletrônicos relativos ao imposto;

VII - a manutenção junto à repartição fiscal de informações cadastrais atualizadas relativas ao estabelecimento, titular, sócios ou diretores.

Parágrafo único - Relativamente ao inciso VII, tomando conhecimento de verdade diversa da consignada nos registros sobre o contribuinte, a autoridade fiscal pode efetuar de ofício a alteração da informação incorreta, incompleta, dúbia ou desatualizada.

Artigo 7º - Os direitos, garantias e obrigações previstos neste Código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos ou outros atos normativos expedidos pelas autoridades competentes, bem como os que derivem da analogia e dos princípios gerais do direito.

CAPÍTULO III

Dos Deveres da Administração Fazendária

Artigo 8º - A Administração Tributária atuará em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, interesse público, eficiência e motivação dos atos administrativos.

Artigo 9º - A execução de trabalhos de fiscalização será precedida de emissão de ordem de fiscalização, notificação ou outro ato administrativo autorizando a execução de quaisquer procedimentos fiscais, exceto nos casos de extrema urgência, tais como flagrante infracional, continuidade de ação fiscal iniciada em outro contribuinte ou apuração de denúncia, nos quais adotar-se-ão de imediato as providências visando a garantia da ação fiscal, devendo nesses casos a ordem de fiscalização, notificação ou outro administrativo ser emitido no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único - A ordem de fiscalização, a notificação ou o ato administrativo referido no "caput" conterà a identificação dos Agentes Fiscais de Rendas encarregados de sua execução, a autoridade responsável por sua emissão, o contribuinte ou local onde será executada, os trabalhos que serão desenvolvidos e o número do telefone ou endereço eletrônicos onde poderão ser obtidas informações necessárias à confirmação de sua autenticidade.

Artigo 10 - A notificação do início de trabalhos de fiscalização será feita mediante a entrega de uma das vias da ordem de fiscalização ou do ato administrativo referido no artigo anterior ao contribuinte, seu representante legal ou preposto com poderes de gestão.



§ 1º - A recusa em assinar comprovante do recebimento da notificação ou a ausência, no estabelecimento de contribuinte, de pessoa com poderes para fazê-lo será certificada pela autoridade fiscal e não obstará o início dos procedimentos de fiscalização.

§ 2º - Na hipótese de recusa ou de ausência do contribuinte, de seu representante legal ou de preposto com poderes de gestão, a notificação será:

1. lavrada em livro de escrituração contábil ou fiscal ou em impresso de documento fiscal do contribuinte;
2. na impossibilidade de aplicação do disposto no item anterior, encaminhada posteriormente sob registro postal com aviso de recebimento ou veiculada em edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 3º - Presume-se entregue a notificação remetida para o endereço indicado pelo contribuinte.

Artigo 11 - Os bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos ou programas de computador apreendidos ou entregues pelo contribuinte, excetuados aqueles que constituam prova de infração à legislação tributária, serão devolvidos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do início dos procedimentos de fiscalização, reputando-se iniciada a auditoria após o integral cumprimento de todas as notificações entregues ao contribuinte.

§ 1º - O disposto no "caput" aplica-se somente aos casos em que a conclusão dos trabalhos fiscais dependa exclusivamente das informações constantes nos elementos apreendidos ou entregues, tornando desnecessárias outras verificações.

§ 2º - O prazo fixado no "caput" poderá ser prorrogado, mediante requisição fundamentada do Agente Fiscal de Rendas responsável pelos trabalhos à autoridade que determinou a sua realização.

§ 3º - Mediante requisição, serão fornecidas ao contribuinte cópias de livros, documentos, impressos, papéis, arquivos eletrônicos ou programas de computador apreendidos ou entregues.

Artigo 12 - No julgamento do contencioso administrativo-tributário, a decisão será fundamentada em seus aspectos de fato e de direito, sob pena de nulidade absoluta da decisão desfavorável ao contribuinte.

Artigo 13 - A resposta a consulta escrita relativa a tributo, que contenha dados exatos e verdadeiros, que não seja meramente protelatória e que não tenha sido formulada após início de ação fiscal, será dada no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do pedido devidamente instruído.

§ 1º - As diligências ou os pedidos de informação solicitados pelo órgão fazendário responsável pela resposta suspenderão, até o respectivo atendimento, o prazo de que trata este artigo.

§ 2º - A apresentação de consulta pelo contribuinte impede, até o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de infração relacionada com a matéria consultada.

§ 3º - A consulta que tratar de exigência de tributo, se este for considerado devido, não afasta a incidência de correção monetária ou outra forma de atualização e dos demais acréscimos previstos na legislação, dispensada a exigência de multa de mora e juros moratórios, se formulada no prazo previsto para o recolhimento normal do tributo e se o contribuinte adotar o entendimento contido na resposta no prazo que lhe for assinalado.

Artigo 14 - As certidões serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias úteis após a formalização do pedido devidamente instruído, vedada, em qualquer caso, a exigência de requisitos não previstos ou amparados em lei.

Artigo 15 - A certidão negativa fornecida pela Fazenda Pública Estadual será entregue ainda que dela conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Artigo 16 - Vetado.

Artigo 17 - A constatação de prática de ato ilegal por parte dos órgãos fazendários não afastará a responsabilidade funcional da autoridade que àquele tenha dado causa, ainda que agindo por delegação de competência.

Artigo 18 - Cabe à Secretaria da Fazenda:

- I - implantar no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação desta lei, um serviço gratuito e permanente de orientação e informação ao contribuinte;
- II - realizar, anualmente, no âmbito da Casa Civil, campanha educativa com o objetivo de orientar o contribuinte sobre seus direitos e deveres;
- III - implantar programa permanente de educação tributária, bem como programa permanente de treinamento para os servidores das áreas de arrecadação e fiscalização.

Artigo 19 - A Secretaria da Fazenda não emitirá ordem de fiscalização ou outro ato administrativo autorizando quaisquer procedimentos fiscais fundamentados exclusivamente em denúncia anônima quando:

- I - não for possível identificar com absoluta segurança o contribuinte supostamente infrator;
- II - for genérica ou vaga em relação à infração supostamente cometida;
- III - não estiver acompanhada de indícios de autoria e de comprovação da prática da infração;
- IV - deixe transparecer objetivo diverso do enunciado, tal como vingança pessoal do denunciante ou tentativa de prejudicar concorrente comercial;
- V - referir-se a operação de valor monetário indefinido ou reduzido, assim conceituada aquela que resulte em supressão de imposto de valor estimado inferior a 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs.

Artigo 20 - A Secretaria da Fazenda não executará procedimento fiscal quando os custos claramente superem a expectativa do correspondente benefício tributário.

CAPÍTULO IV

Do Sistema Estadual de Defesa do Contribuinte

Artigo 21 - Fica instituído o Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte - CODECON, órgão de composição paritária, integrado por representantes dos poderes públicos e de entidades empresariais e de classe, com atuação na defesa dos interesses dos contribuintes, na forma desta lei complementar.

§ 1º - Os integrantes do CODECON terão o direito de indicar um membro titular e um membro suplente para a respectiva composição.

§ 2º - Os representantes indicados na forma do parágrafo anterior serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 3º - Os membros do CODECON não serão remunerados e suas funções são consideradas como serviço público relevante.

Artigo 22 - Integram o CODECON:

- I - a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
- II - a Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FCESP;
- III - a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;
- IV - a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FASP;
- V - o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - SEBRAE;
- VI - a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - OAB-SP;
- VII - o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo - CRC-SP;
- VIII - a Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo - AFRESP;
- IX - o Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo - SINAFRESP;
- X - a Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda;
- XI - a Corregedoria do Fisco Estadual;
- XII - a Ouvidoria Fazendária;
- XIII - a Escola Fazendária do Estado de São Paulo;
- XIV - a Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado;
- XV - a Secretaria da Educação;
- XVI - a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;
- XVII - a Casa Civil.

Artigo 23 - São atribuições do CODECON:

- I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de proteção ao contribuinte;
- II - receber, analisar e dar seguimento a reclamações encaminhadas por contribuinte;
- III - receber, analisar e responder consultas ou sugestões encaminhadas por contribuinte;
- IV - prestar orientação permanente ao contribuinte sobre os seus direitos e garantias;
- V - informar, conscientizar e motivar o contribuinte, através dos meios de comunicação;
- VI - orientar sobre procedimentos para apuração de faltas contra o contribuinte.

Parágrafo único - No prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta lei complementar, os representantes das entidades mencionadas neste artigo reunir-se-ão para escolher o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do CODECON, bem como para elaborar e aprovar o seu regimento.

Artigo 24 - Constatada infração ao disposto neste Código, o contribuinte poderá apresentar ao CODECON reclamação fundamentada e instruída.

§ 1º - Julgada procedente a reclamação do contribuinte, o CODECON, com vistas a coibir novas infrações ao disposto neste Código ou a garantir o direito do contribuinte, representará contra o servidor responsável ao órgão competente, devendo ser imediatamente aberta sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se às entidades de classe, associações e cooperativas de contribuintes, que poderão agir em nome coletivo na defesa dos direitos de seus associados.

Artigo 25 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



CAPÍTULO V **Da Disposição Final e Transitória**

Artigo único - São inválidos os atos e procedimentos de fiscalização que desatendam os pressupostos legais e regulamentares, especialmente nos casos de:

I - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente;

II - comissão de procedimentos essenciais;

III - desvio de poder.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de abril de 2003

GERALDO ALCKMIN

Alexandre de Moraes

Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

Eduardo Refinetti Guardia

Secretário da Fazenda

Arnaldo Madeira

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de abril de 2003.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO 77.276

PROJETO DE LEI 12.199, do Vereador GUSTAVO MARTINELLI, que institui o Código de Defesa do Contribuinte.

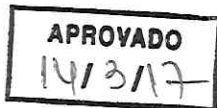
PARECER

Nos autos desta proposta – em que se busca codificar as relações entre o contribuinte e o Fisco municipal – acham-se presentes elementos suficientes a demonstrar o seu cabimento jurídico, que é o ângulo de visão regimentalmente reservado a esta Comissão.

Com efeito, a Consultoria Jurídica adianta-se em declarar que a matéria é legal, seja na competência (municipal) seja na iniciativa (concorrente); que não se trata aqui de editar norma que disponha sobre processos e procedimentos administrativo-fiscais; e, finalmente, que “o conteúdo meramente programático da propositura viabiliza, sob o espectro jurídico, sua tramitação.”

Elementos suficientes, portanto, para que este relator registre voto favorável.

Sala das Comissões, 09/03/2017.



MARCELO GASTALDO

Presidente e Relator

ADRIANO SANTANA DOS SANTOS
ADRIANO SANTANA DOS SANTOS

[Handwritten signature]
EDICARLOS VIEIRA

[Handwritten signature]
PAULO SERGIO MARTINS

[Handwritten signature]
ROGÉRIO RICARDO DA SILVA



COMISSÃO DE DIREITOS, CIDADANIA E SEGURANÇA URBANA

PROC. Nº 77.276

PROJETO DE LEI Nº 12.199, do Vereador **GUSTAVO MARTINELLI**, que institui o Código de Defesa do Contribuinte.

PARECER

A proposta em exame tem por finalidade instituir o Código de Defesa do Contribuinte.

Conforme justificativa de fls. 08, o projeto tem por finalidade proporcionar uma relação mais justa e equilibrada com o Poder Público, defendendo seu direito ao livre exercício de atividades econômica, tendo em vista que é este que custeia e mantém as atividades do Município. Sendo assim, votamos favorável à tramitação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16.03.2017.

APROVADO
21/03/17


ANTONIO CARLOS ALBINO


CRISTIANO LOPES


PAULO SERGIO MARTINS
Presidente e Relator


CICERO CAMARGO DA SILVA
"Cicero da Saúde"


DOUGLAS MEDEIROS



Proc. nº 77.276

CONSIDERANDO o que reza o Regimento Interno:

“Art. 161. A retirada da proposição far-se-á a qualquer tempo, nos termos deste Regimento, ressalvada:”

(...)

“II – proposição apresentada e não votada na legislatura anterior, de autoria de Vereador não-reeleito, que será arquivada por despacho do Presidente;”

(...)

DETERMINO **retire-se e archive-se** o Projeto de Lei nº 12.199/2017.

FAOUAZ TAÇA
Presidente
04/01/2021

PROJETO DE LEI Nº. 12.199

Juntadas:

fls. 02/08 em 07/03/17
fls. 09/17 em 07/03/17 fls. 18 em 15/03/17
fls. 19 em 22/03/17 ; fl. 20 em 07/03/2017

Observações: